

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas (NCP), sendo que foram reconhecidos todos os ativos e passivos e a sua respetiva mensuração de acordo com as NCP.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

Designação da entidade: Escola Básica e Secundária da Madalena

NIF: 672001993

Sede: Rua José Martins Garcia, 9950-302 Madalena

Tutela: Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais

Responsável máximo do serviço: Presidente do Conselho Administrativo

As presentes demonstrações financeiras reportam-se ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

2. Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras (DF) foram apresentadas de acordo com a Norma Contabilística Pública n.º 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, utilizando como unidade monetária funcional o euro.

As DF apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da EBSM. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos conforme a estrutura conceptual das NCP.

A informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada para todas as quantias relatadas nas DF, respeitando o princípio da continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem.

Não se verifica nenhuma alteração materialmente relevante decorrente da aplicação das Normas Contabilísticas Públicas.

3. Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2023 os valores inscritos nas rubricas de caixa e em depósito bancário estavam desagregados conforme quadro abaixo.

Conta	Euros
Caixa	1.572,68
Depósitos à ordem	89.322,35
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00
Depósitos bancários à ordem	89.322,35
Depósitos a prazo	0,00
Depósitos consignados	0,00
Depósitos de garantias e cauções	0,00
Total de caixa e depósitos	90.895,03

4. Nota 3 – Ativos Intangíveis

A Unidade orgânica não possui ativos intangíveis que tenham sofrido variação.

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)= (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5. Nota 4 – Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2023 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2023 foram registados ao custo de aquisição, líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos nas instalações da UO nas condições necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas, após a data em que os bens foram disponibilizados para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período da vida útil máximo dado. As vidas úteis foram definidas conforme o estabelecido no Classificador Complementar 2 – cadastro e

vidas úteis dos ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC - AP, em conformidade com a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, com as devidas adaptações ao ano de adoção do SNC - AP pela primeira vez.

Durante o ano de 2023 ocorreram as seguintes variações relacionadas com os ativos fixos tangíveis.

Rubricas (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do Período (8)	Diferenças Cambiais (9)	Diminuições (10)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	464.189,85	186.719,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-69.906,14	0,00	-521,66	580.481,50	
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	11.681,67	2.803,53	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.354,28	0,00	-5,84	10.125,08	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	4.699,86	4.973,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-555,74	0,00	0,00	9.117,23	
Rubricas (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do Período (8)	Diferenças Cambiais (9)	Diminuições (10)	Quantia Escriturada Final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	480.571,38	194.496,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-74.816,16	0,00	-527,50	599.723,81	
Total	480.571,38	194.496,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-74.816,16	0,00	-527,50	599.723,81	

6. Nota 10 – Inventários

A 31 de dezembro este era o valor de inventário registado na EBSM:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	6.109,23	0,00	6.109,23
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.216,93	0,00	1.216,93
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	7.326,16	0,00	7.326,16

7. Nota 13 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
06.03.11.00.00	Serviços e fundos autónomo - Projetos cofinanciados	28 326,13				
06.04.01.00.00	Orçamento da Região Autónoma dos Açores	6 575 854,53				
10.04.01.00.00	Orçamento da Região Autónoma dos Açores	420 201,10				
Total		7 024 381,76	-	-	-	-

8. Nota 14 – Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
07.01.03.00.00	Publicações e impressos	726,31				
07.01.07.W0.01	Refeitório escolares	53 068,37				
07.01.07.W0.02	Bufetes escolares	38 687,37				
07.01.08.W0.01	Papelarias escolares	1 324,57				
07.01.11.W0.02	Bufetes escolares	49 508,61				
Total		143 315,23	-	-	-	-

9. Nota 16 – Instrumentos financeiros

9.1. Fornecedores

Regista-se um montante de 73 947,03€ que respeita a obrigações por pagar para com os fornecedores, tendo transitado em dívida. Desagregam-se do seguinte modo:

- serviço de refeições escolares; €31 532,99
- Transportes Escolares ; €25 113,19
- Papelaria Escolar - €288,26
- Seguro Escolar - €207,28
- Suplemento Alimentar - €422,10
- comunicações -240,39€
- Outros Bens - 2 827,17€;
- Outros Trabalhos Especializados - 206,82€;
- Conservação de Bens - 336,40€;
- Encargos das Instalações - 4 794,33€;

- Assistência Técnica - 823,10€;
- Material;de Educação e Cultura - 60,61€;
- Ferramentas e Utensílios - 392,65€;
- Limpeza e higiene - 1 796,86€
- Serviço de Limpeza - 2 434,65
- Matérias Primas - 89,97€
- Combustíveis - 509,15€
- Material de escritório - 51,81
- Prémios e ofertas - 98.90€
- Outros serviços - 1 716,40€.

O montante por pagar decorreu da não transferência atempada de verba por parte da DREAE.

9.2. Estado e Outros Entes Públicos

O valor registado em 2023 como passivo referente ao Estado e Outros Entes Públicos resulta das retenções efetuadas sobre o vencimento de dezembro de 2023 dos trabalhadores a entregar às entidades devidas durante o mês de janeiro de 2024, cumprindo os prazos limite de entrega definidos, nomeadamente CGA no montante de 30 383,68€, Segurança Social no montante de 11 874,27€.

9.3. Outras contas a pagar

O valor registado de outras contas a pagar resulta essencialmente de acréscimos de gastos registados com a pessoal (subsídio e mês de férias) no valor de 863 895,17€ e dos acréscimos de gastos referentes aos contratos de comunicações (rede fixa 104,57€ e serviço de rede móvel 62,78€), o restante valor diz respeito ao acréscimo de gastos referentes a outros contratos como fornecimento de água (496,25€), eletricidade (2 299,19€) e avença CTT (10,96€).

10. Nota 18 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, entre outras remunerações definidas por lei para os funcionários da Administração Pública Regional.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo foram reconhecidas como gasto no período em que os serviços foram prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue como respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como acréscimos de gastos. O total de despesas com pessoal ascendeu em 2023 a 6 464 739,53€ (seis milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil setecentos e trinta e nove euros e cinquenta e três cêntimos) um valor superior ao registado em 2022 em 613 611,05€.

11. Nota 19 – Divulgação das partes relacionadas

11.1. Pessoas Chave da Gestão

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, o Conselho Administrativo foi responsável pela gestão orçamental e financeira do Fundo Escolar da EBS da Madalena. A sua constituição, à data de apresentação do presente relatório, e remunerações auferidas é que a abaixo se discrimina

Responsáveis	Cargo	Remuneração Base	Subsídio Férias/Natal	Sub. Alimentação	Desp. Representação	Total ilíquido
Fernando Luís Garcia Oliveira	Presidente	46367,64	5669,58	1470,00	0,00 €	52 037,22
Nuno Paulo Sousa Patrício	Vice-Presidente	32179,89	4 659,80	1 446,00	0,00	36 839,69
Adelina Manuela Nogueira Leonardo de Castro	Chefe Serviços Adm. Escolar	18316,08	3052,68€	1280,00	0,00 €	22 648,76